


**COLONIALIDADE ALGORÍTMICA E A REEDUCAÇÃO NÃO-MAQUÍNICA:
TRANSVALORAÇÃO DE VALORES NA ERA DA GOVERNAMENTALIDADE DIGITAL****ALGORITHMIC COLONIALITY AND NON-MACHINE RE-EDUCATION:
TRANSVALUATION OF VALUES IN THE AGE OF DIGITAL GOVERNMENTALITY** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-015>**Alianna Cardoso Vançan**

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Mestra em Direito e Mestra em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Licenciada em Filosofia pela UNICV; Bacharel em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8570-627X>

Ana Julia Candida Ferreira

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, 2023/2025) e graduada pela mesma instituição (2017/2022). Professora na Universidade de Cuiabá (2025-atualmente)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7394-8711>

RESUMO

A governamentalidade algorítmica, longe de constituir um fenômeno meramente técnico ou econômico, opera como operador epistemopolítico que reorganiza formas de subjetivação, hierarquiza saberes e reproduz, em chave digital, as estruturas históricas da colonialidade do poder. Articulando Foucault, Zuboff, Quijano, Maldonado-Torres, Lander e Fanon com a filosofia nietzschiana da transvaloração de valores, este artigo investiga a colonialidade algorítmica como atualização contemporânea de dispositivos históricos de dominação e hierarquização da vida. Argumenta-se que a lógica algorítmica, ao privilegiar determinadas epistemes, padrões de comportamento e formas de racionalidade, opera como um dispositivo de exclusão e supressão de saberes e subjetividades dissidentes, reproduzindo, em escala global e em tempo real, as colonialidades do saber, do ser e do poder. A análise do capitalismo de vigilância e da produção do animal digitalis revela a massificação de uma subjetividade colonizada algorítmicamente, incapaz de transvalorar os valores que a governam. Em resposta, o trabalho mobiliza a noção de gesto hacker-fanoniano como prática de desobediência criadora inscrita na própria linguagem do sistema, propondo a reeducação não-maquínica como horizonte ético e político da transvaloração: não a recusa da técnica, mas a superação da racionalidade colonial que a governa. Conclui-se que uma pedagogia da potência, orientada pela crítica nietzschiana e pela perspectiva decolonial, constitui a resposta filosófica mais consistente à domesticação algorítmica contemporânea.

Palavras-chave: Colonialidade algorítmica; Governamentalidade digital; Reeducação não-maquínica; Transvaloração de valores; Gesto hacker-fanoniano.

ABSTRACT

Algorithmic governmentality, far from constituting a merely technical or economic phenomenon, operates as an epistemopolitical operator that reorganizes forms of subjectivation, hierarchizes knowledge, and reproduces, in digital form, the historical structures of the coloniality of power. Articulating Foucault, Zuboff, Quijano, Maldonado-Torres, Lander and Fanon with Nietzsche's philosophy of the transvaluation of values, this article investigates algorithmic coloniality as a contemporary updating of historical devices of domination and hierarchization of life. It is argued that algorithmic logic, by privileging certain epistemes, behavioral patterns and forms of rationality, operates as a device of exclusion and suppression of dissident knowledges and subjectivities, reproducing, on a global scale and in real time, the colonialities of knowledge, being and power. The analysis of surveillance capitalism and the production of the animal digitalis reveals the massification of an algorithmically colonized subjectivity, incapable of transvaluating the values that govern it. In response, the work mobilizes the notion of the hacker-Fanonian gesture as a practice of creative disobedience inscribed in the very language of the system, proposing non-machinic reeducation as the ethical and political horizon of transvaluation: not the rejection of technique, but the overcoming of the colonial rationality that governs it. It concludes that a pedagogy of potency, guided by Nietzschean critique and the decolonial perspective, constitutes the most consistent philosophical response to contemporary algorithmic domestication.

Keywords: Algorithmic coloniality; Digital governmentality; Non-machinic reeducation; Transvaluation of values; Hacker-fanonian gesture.

1 INTRODUÇÃO

A incorporação massiva de sistemas algorítmicos às práticas sociais, econômicas e políticas marca uma inflexão decisiva nas formas contemporâneas de exercício do poder. Diferentemente dos modelos disciplinares clássicos, centrados na vigilância e na punição, o poder digital opera de maneira difusa, preventiva e indutiva, organizando campos de possibilidades antes mesmo que a ação consciente se manifeste. A Inteligência Artificial, nesse contexto, não constitui apenas uma ferramenta técnica, mas um operador epistemopolítico que reorganiza a experiência do mundo, hierarquiza epistemes e produz formas de subjetivação conformes às exigências de uma racionalidade que não é neutra nem universal, mas historicamente situada e politicamente interessada.

Essa racionalidade tem nome e tem história: ela é a racionalidade colonial, que percorre, sob diferentes roupagens e através de diferentes dispositivos, a modernidade ocidental desde pelo menos o século XVI. A tese que orienta este trabalho é que a governamentalidade algorítmica não constitui uma ruptura com essa racionalidade, mas sua atualização mais sofisticada. Os algoritmos não inventaram a

hierarquização de saberes, a supressão de subjetividades dissidentes ou a produção de corpos governáveis: eles herdaram essas práticas da longa história do colonialismo e as traduziram para a linguagem do código, do dado e da previsão estatística.

Para desenvolver essa tese, o presente trabalho articula a análise foucaultiana da governamentalidade e da biopolítica com o conceito de capitalismo de vigilância formulado por Zuboff (2019), as teorias decoloniais de Quijano (2009), Maldonado-Torres (2008) e Lander (2005), e a leitura fanoniana do inconsciente colonizado (Fanon, 2005). Esse arco teórico permite compreender a colonialidade algorítmica não apenas como fenômeno econômico ou tecnológico, mas como dispositivo de poder que incide sobre o corpo, o desejo, a percepção e a autoimagem dos sujeitos em escala global.

A escolha de articular esse conjunto teórico com a filosofia nietzschiana da transvaloração de valores não é arbitrária. Nietzsche, muito antes do advento da era digital, já havia diagnosticado os mecanismos pelos quais a domesticação do humano opera: não pela força bruta, mas pela internalização de valores que se apresentam como naturais, universais e necessários, mas que são, na verdade, produtos históricos de relações de poder. A convergência entre a crítica nietzschiana à moral e a crítica decolonial à colonialidade revela que, em ambos os casos, o que está em jogo é a captura da capacidade humana de criar valores, de experimentar modos de existência não previstos pelo sistema dominante.

O trabalho se organiza em quatro seções de desenvolvimento. A primeira reconstrói o percurso da biopolítica foucaultiana à governamentalidade algorítmica, analisando como a gestão da vida se transforma em colonização do possível. A segunda examina a colonialidade algorítmica em sua dimensão específica, articulando as teorias decoloniais com a análise do capitalismo de vigilância e a produção do animal digitalis como sujeito massificado e colonizado algorítmicamente. A terceira seção apresenta o gesto hacker-fanoniano como prática de resistência imanente e a reeducação não-maquínica como horizonte de transvaloração. A quarta seção, antes das considerações finais, aprofunda a proposta pedagógica da potência como resposta filosófica e política à domesticação algorítmica.

O método adotado é o genealógico, tal como formulado por Nietzsche e reelaborado por Foucault. Trata-se de rastrear as condições históricas de possibilidade dos dispositivos de poder contemporâneos, sem pressupor essências ou origens puras, mas atentando para as contingências, os deslocamentos semânticos e as relações de força que tornam possível o que hoje se apresenta como natural ou necessário. Nesse sentido, a genealogia da colonialidade algorítmica não é apenas uma descrição histórica, mas uma prática filosófica de desnaturalização: ao mostrar que os algoritmos têm uma história colonial, abre-se espaço para pensar sua transformação.

A relevância desse debate é urgente. As tecnologias de inteligência artificial estão sendo implantadas em todos os setores da vida social, desde a educação e a saúde até a segurança pública e os processos eleitorais, em escala global e a velocidade sem precedentes. Sem uma análise crítica rigorosa de suas

implicações filosóficas, políticas e decoloniais, corremos o risco de normalizar formas de dominação que se apresentam como inovação, reproduzindo e aprofundando desigualdades históricas sob o verniz da eficiência técnica. A filosofia tem, aqui, uma responsabilidade que não pode delegar.

A Quarta Revolução Industrial (Schwab, 2016), marcada pelo desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de genética, inteligência artificial, robótica, realidade aumentada, nanotecnologia e biotecnologia, especialmente com a expansão acelerada da Inteligência Artificial e a crescente automatização das esferas da vida cotidiana, configura uma mutação qualitativa nas formas contemporâneas de exercício do poder, cujos artefatos técnicos não são neutros, mas incorporam valores, interesses e relações de poder, podendo produzir efeitos políticos duradouros, independentemente da intenção consciente de seus criadores (Winner, 1980). Não se trata mais, prioritariamente, de um poder que opera pela interdição, pela repressão ou pela negatividade da lei, mas de uma racionalidade que captura, antecipa e modula as condutas a partir da produção contínua de dados, previsões e incentivos comportamentais. Nesse horizonte, consolida-se uma nova forma de governamentalidade, caracterizada pela integração entre dispositivos técnicos, regimes de saber e economias afetivas, que atravessam a subjetividade em seu nível mais íntimo.

Cumprir esclarecer, desde o início, o que se entende por colonialidade algorítmica e por que esse conceito é filosoficamente necessário. A colonialidade algorítmica não é simplesmente a utilização de algoritmos por parte de potências coloniais históricas, embora isso seja parte do fenômeno. É, mais precisamente, a inscrição da lógica colonial — com suas hierarquias de raça, gênero, saber e território — na estrutura mesma dos sistemas algorítmicos, de modo que estes reproduzem e amplificam essa lógica mesmo quando seus operadores não têm consciência disso. Trata-se de uma forma de colonialidade que opera, por assim dizer, no código: nas escolhas de design, nos dados de treinamento, nos critérios de otimização, nas definições do que conta como resultado desejável. Compreender isso é fundamental para qualquer projeto de reeducação não-maquínica.

2 DA BIOPOLÍTICA À GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA: DA GESTÃO DA VIDA À COLONIZAÇÃO DO POSSÍVEL

A partir da modernidade, conforme demonstrado por Foucault (1978; 2003; 2008), o exercício do poder desloca-se progressivamente do modelo soberano centrado no direito de morte para formas de gestão da vida, inaugurando o paradigma da biopolítica. Nesse novo regime, o poder deixa de operar prioritariamente pela repressão e pela interdição, passando a incidir sobre os processos vitais, os corpos, as populações e os modos de existência. O objetivo não é mais matar ou excluir, mas administrar, normalizar, otimizar. A vida torna-se, simultaneamente, objeto e instrumento do poder.

Essa transição é de importância capital para compreender a governamentalidade algorítmica. A biopolítica foucaultiana, ao descrever o poder moderno como gestão da vida, antecipa os mecanismos pelos quais a inteligência artificial incide hoje sobre os corpos, as populações e os comportamentos. O que muda, na era digital, não é a lógica fundamental desse poder, mas sua extensão, sua velocidade e sua profundidade: o poder algorítmico alcança camadas da subjetividade que o poder disciplinar clássico não podia atingir, operando não apenas sobre os corpos visíveis, mas sobre os dados invisíveis, os padrões inconscientes, as correlações estatísticas entre comportamentos.

No neoliberalismo, essa racionalidade biopolítica assume a forma da governamentalidade, entendida como o conjunto de técnicas, saberes e dispositivos destinados a conduzir a conduta dos indivíduos, incitando-os a governar a si mesmos segundo métricas de eficiência, produtividade e desempenho. Foucault (2008) analisa essa transformação em detalhe no curso "Nascimento da biopolítica": a passagem do governo dos outros para o governo de si, do sujeito obediente ao sujeito empresário de si mesmo, que investe em seu próprio capital humano e maximiza seu retorno. O neoliberalismo não é apenas uma política econômica; é uma racionalidade que redefine a subjetividade em termos de mercado.

A governamentalidade algorítmica radicaliza esse processo ao introduzir formas de governo que operam de maneira preditiva, automatizada e infra-consciente. Conforme argumentam Rouvroy e Berns (2013), os dispositivos algorítmicos já não se dirigem a sujeitos reflexivos, deliberativos ou autônomos, mas a perfis estatísticos, padrões de correlação e probabilidades de comportamento. O poder deixa de interpelar consciências e passa a modular condutas antes mesmo que estas se tornem conscientes, atuando diretamente sobre o campo do possível. Nesse regime, a norma não se apresenta como lei ou comando explícito, mas é incorporada ao código, às arquiteturas digitais, às interfaces, aos sistemas de recomendação e aos mecanismos de ranqueamento, produzindo uma forma de governo que organiza antecipadamente os horizontes de ação.

Essa mutação tem consequências filosóficas profundas. O poder disciplinar clássico, ao interpelar consciências, ainda reconhecia no sujeito uma instância reflexiva capaz de resistir, negociar ou transgredir. O poder algorítmico, ao operar sobre correlações estatísticas e padrões comportamentais pré-reflexivos, contorna essa instância: ele não precisa convencer o sujeito, não precisa que o sujeito entenda ou aceite. Basta que o sujeito use a plataforma, que seus dados fluam para os servidores, que suas preferências sejam capturadas e modeladas. A resistência consciente torna-se progressivamente irrelevante quando o poder opera abaixo do limiar da consciência.

Essa racionalidade encontra sua expressão econômica no capitalismo de vigilância, conceito formulado por Zuboff (2019) para designar um regime de acumulação baseado na extração, análise e monetização de dados comportamentais. A experiência humana é convertida em matéria-prima gratuita para processos de previsão, indução e modificação de condutas futuras. Diferentemente das formas clássicas de

exploração, o capitalismo de vigilância não se limita à apropriação do tempo ou da força de trabalho, mas captura afetos, desejos, padrões cognitivos e disposições inconscientes, transformando-os em ativos econômicos e instrumentos de controle social.

Para compreender a profundidade dessa transformação, é necessário retomar a distinção foucaultiana entre poder soberano, poder disciplinar e biopoder, e adicionar a ela uma quarta modalidade que a governamentalidade algorítmica inaugura: o poder preditivo. O poder soberano opera pelo direito de matar ou deixar viver; o poder disciplinar opera pela normatização e vigilância dos corpos; o biopoder opera pela gestão das populações e dos processos vitais; o poder preditivo opera pela antecipação e modulação dos comportamentos antes mesmo que eles se manifestem. Essa sequência não é linear nem substitutiva: as formas mais antigas de poder persistem e se articulam com as mais recentes. O que muda é o foco e a eficácia: cada novo regime de poder alcança camadas da vida humana que os anteriores não podiam atingir.

O poder preditivo da governamentalidade algorítmica opera por meio do que Rouvroy (2013) denomina "estatística dos comportamentos": em vez de interpelar sujeitos individuais com base em normas explícitas, os sistemas algorítmicos agregam dados de populações inteiras para produzir perfis probabilísticos que orientam intervenções dirigidas a indivíduos antes mesmo que estes manifestem qualquer intenção consciente. O resultado é uma forma de governo que não precisa de sujeitos reflexivos: ela funciona tanto melhor quanto menos os sujeitos perceberem que estão sendo governados. A transparência, nesse regime, é um obstáculo ao poder, não um instrumento dele.

Essa opacidade estrutural da governamentalidade algorítmica é filosoficamente significativa porque ela torna invisível o próprio exercício do poder. O sujeito que usa uma plataforma de busca, uma rede social ou um sistema de recomendação não percebe que está sendo governado: ele percebe que está buscando informações, compartilhando experiências ou descobrindo novos produtos. A interface, projetada para ser amigável e intuitiva, oculta a maquinaria de captura e modulação que opera por baixo. Nesse sentido, a governamentalidade algorítmica é uma forma de poder que se torna tanto mais eficaz quanto mais invisível: quanto menos os sujeitos a percebem como poder, mais completamente ela os governa.

A articulação dessa análise com a biopolítica foucaultiana revela uma continuidade e uma ruptura. A continuidade está na lógica de gestão da vida: o poder algorítmico, como o biopoder, não mata nem exclui, mas produz, normaliza e otimiza. A ruptura está na escala e na velocidade: o biopoder clássico incidia sobre populações identificáveis em territórios definidos; o poder algorítmico incide sobre a totalidade da população global conectada, em tempo real, de maneira invisível e personalizada. A biopolítica da era digital é uma biopolítica planetária, e sua eficácia é proporcional à sua ubiquidade.

O capitalismo de vigilância representa, para Zuboff, uma mutação qualitativa do capitalismo: não mais apenas a exploração do trabalho humano, mas a exploração da experiência humana como tal. As plataformas digitais não vendem produtos a seus usuários; elas vendem os usuários como produtos a seus

anunciantes. O comportamento humano torna-se a matéria-prima de um novo tipo de mercado: o mercado de futuros comportamentais, no qual empresas compram e vendem previsões sobre o que os usuários farão, comprarão, votarão ou desejarão. A vida, em sua totalidade, torna-se capital.

Contudo, é fundamental não compreender a governamentalidade algorítmica como um fenômeno exclusivamente econômico ou tecnológico. Ela se inscreve em uma matriz histórica muito mais ampla, que é a matriz da colonialidade do poder. Como argumenta Quijano (2000, apud Vançan, 2022), a colonialidade do poder organiza-se nos domínios do controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, bem como do conhecimento e da subjetividade. Os algoritmos não inventaram essa organização: eles a herdaram e a reproduzem, com uma eficácia sem precedentes, em escala planetária.

A noção de colonização do possível, que emerge da articulação entre Rouvroy e Berns (2013) e as teorias decoloniais, designa precisamente esse processo: os algoritmos não apenas descrevem o que existe, mas definem o que é possível, o que é reconhecível, o que pode ser desejado e o que pode ser dito. Ao privilegiar determinadas epistemes, padrões de comportamento e formas de racionalidade, a lógica algorítmica opera como um filtro colonial que invisibiliza, marginaliza ou suprime modos outros de existir, conhecer e desejar. O possível algorítmico é um possível colonizado: expandido em certas dimensões (consumo, entretenimento, produtividade), contraído em outras (criação, dissidência, diferença radical).

De fato, a IA contemporânea depende estruturalmente da captura de capacidades cognitivas, afetivas e sociais dos usuários, configurando "tecnologias de captura" que moldam subjetividades, trabalho e interação cotidiana (Mühlhoff, 2020). Processos de dataficação, algoritmização e automação funcionam como formas de governo da vida, produzindo ordens globais de classificação que reorganizam modos de sentir, conhecer e agir, e geram subjetividades colonizadas e uma administração eletrônica da vida (Ricaurte, 2022; Tao, 2025; Cambraia e Pyrrho, 2025). Nesse horizonte, o que se produz não é apenas um novo tipo de exploração econômica, mas uma nova forma de colonização ontológica: a colonização do ser, do sentir e do imaginar.

Conforme Tao (2025), revisões teóricas mostram que sistemas de IA penetram a interioridade, reconfigurando identidades em subjetividades algorítmicas, hiper-relacionadas e artificializadas, com riscos de heteronomia coletiva, datificação e substituição do eu. Nas interações cotidianas com assistentes, chatbots e companheiros de IA, emergem vínculos afetivos e novos espaços de confissão, o que torna os sistemas lugares privilegiados de captura do desejo e experimentação identitária (Mühlhoff, 2020; Kouros e Papa, 2024; Pentina et al., 2023). A subjetividade que antes se constituía na relação com o outro humano — com sua alteridade irreduzível, sua resistência, seu imprevisível — passa a se constituir na relação com o algoritmo, que é projetado para ser sempre responsivo, sempre agradável, sempre funcional.

Diante desse quadro, torna-se evidente que a governamentalidade algorítmica não pode ser compreendida apenas como um fenômeno técnico ou econômico, mas como a atualização de uma

racionalidade colonial que rearticula, em chave digital, os mesmos dispositivos históricos de hierarquização da vida. A captura algorítmica da subjetividade, a exploração diferencial do trabalho e a apropriação massiva de dados configuram um regime de poder que prolonga a colonialidade para além do território, incidindo diretamente sobre o corpo, o tempo e a interioridade dos sujeitos. Nesse sentido, a gestão computacional da vida opera como uma biopolítica colonial avançada, na qual o governo das populações se realiza por meio da normalização afetiva, da modulação do desejo e da internalização de métricas de desempenho.

3 COLONIALIDADE ALGORÍTMICA, FANON E A MASSIFICAÇÃO DO ANIMAL DIGITALIS

A colonialidade do poder, conforme Quijano (2009), articula o controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, bem como do conhecimento e da subjetividade. Essa estrutura prolonga-se, no presente, nas colonialidades do saber (Lander, 2005) e do ser (Maldonado-Torres, 2008), que rejeitam a pluralidade epistêmica e reprimem modos outros de existir. O que Quijano demonstra, em sua análise histórica da colonialidade, é que o colonialismo não é apenas uma relação de dominação econômica e política entre nações: é uma classificação social global, uma hierarquização dos seres humanos segundo categorias de raça, gênero, saber e lugar geográfico, que persiste muito além do fim formal do colonialismo.

Essa classificação social global encontra, no contexto digital, uma nova expressão e uma nova eficácia. A colonialidade algorítmica designa, nesse sentido, o conjunto de mecanismos pelos quais os sistemas digitais reproduzem, naturalizam e aprofundam as hierarquias históricas da colonialidade, ao mesmo tempo em que se apresentam como neutros, objetivos e universais. Os vieses nos dados de treinamento, os preconceitos codificados nos sistemas de reconhecimento facial, as assimetrias no acesso à infraestrutura digital, a concentração da produção de IA no Norte Global: todos esses fenômenos são expressões da colonialidade algorítmica, e nenhum deles pode ser compreendido adequadamente sem referência à longa história do colonialismo.

A ideia de "data colonialism", elaborada por Tacheva e Ramasubramanian (2023), descreve a apropriação sistemática da vida social como recurso bruto para acumulação, configurando um "império de IA" enraizado em supremacia branca, capitalismo racial e colonialidade. Na periferia global, isso se traduz em tecnocolonialismo: concentração de poder em Big Tech, exploração de trabalho barato e naturalização de assimetrias ambientais e sociais (Cambraia e Pyrrho, 2025; Ricaurte, 2022). Muldoon e Wu (2023) demonstram que a produção global de IA se ancora em uma cadeia colonial de exploração de trabalho e extração de dados que prolonga a matriz colonial de poder, com trabalhadores do Sul Global realizando o trabalho invisível e desvalorizado que torna possível a "inteligência" aparentemente autônoma dos sistemas do Norte.

A leitura fanoniana do inconsciente colonizado permite compreender esse processo em sua dimensão mais profunda: não apenas como dominação econômica ou epistemológica, mas como violência ontológica que incide sobre o desejo, a percepção e a autoimagem dos sujeitos colonizados. Para Fanon (2005), em *Os condenados da Terra*, a violência colonial não se limita à ocupação territorial e à exploração econômica: ela destrói as culturas, as línguas e as identidades dos colonizados, implantando no lugar uma imagem de si mesmo que é sempre já inferior, sempre já deficiente em relação ao padrão colonial. O colonizado aprende a se ver com os olhos do colonizador.

A perspectiva fanoniana sobre o inconsciente colonizado oferece, assim, uma chave hermenêutica poderosa para compreender a colonialidade algorítmica em sua dimensão subjetiva mais profunda. Fanon descreve, em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, como o colonizado aprende a desejar o que o colonizador deseja, a se valorar segundo os padrões do colonizador, a sonhar com a pele branca e rejeitar a pele negra. Na era digital, esse processo se reedita com precisão inquietante: o colonizado algorítmico aprende a desejar o que o algoritmo recomenda, a se valorar segundo as métricas de engajamento e visibilidade, a sonhar com a viralização e a rejeitar a invisibilidade. A colonização do inconsciente torna-se colonização do desejo digital.

Mas Fanon também aponta para a saída: a descolonização não é apenas uma tarefa política externa, mas uma reinvenção do sujeito colonizado a partir de si mesmo. Para Fanon, o colonizado precisa recusar a identidade que o colonizador lhe atribuiu e reinventar sua humanidade a partir de suas próprias referências culturais, históricas e existenciais. Essa recusa e reinvenção é, ao mesmo tempo, um ato de violência simbólica e um ato de criação: destrói a imagem colonizada de si mesmo e cria uma imagem nova, que não é nem a do colonizado nem a do colonizador, mas a de um sujeito que inventou sua própria liberdade. É esse gesto que o hacker-fanoniano reatualiza na era digital: recusar a identidade algorítmica atribuída pelo sistema e reinventar a subjetividade a partir de outros parâmetros.

Na era digital, essa dinâmica se reatualiza com precisão inquietante. O algoritmo é o novo colonizador: ele define o que é belo, o que é inteligente, o que é desejável, o que é normal. E ele faz isso a partir de dados que refletem as hierarquias históricas do colonialismo: dados produzidos majoritariamente por populações do Norte Global, em línguas europeias, segundo padrões culturais ocidentais. O sujeito que interage com esses sistemas aprende, progressivamente, a se ver e a se valorar segundo esses parâmetros, internalizando uma imagem de si que é sempre já deficiente em relação ao padrão algorítmico. O inconsciente colonizado de Fanon encontra, na era digital, sua expressão mais difusa e mais eficaz.

A colonialidade do saber, por sua vez, opera através do que Lander (2005) denomina eurocentrismo epistêmico: a tendência de apresentar o conhecimento produzido na Europa e nos Estados Unidos como universal e neutro, enquanto os saberes produzidos no Sul Global são classificados como locais, tradicionais ou pré-científicos. Na era algorítmica, essa hierarquia epistêmica é reproduzida e amplificada: os sistemas

de IA são treinados com dados que refletem essa hierarquia, e suas saídas a reproduzem e naturalizam. O que o algoritmo apresenta como "conhecimento", "fato" ou "recomendação" é, na prática, a perspectiva do Norte Global elevada à condição de verdade universal.

A colonialidade do ser, analisada por Maldonado-Torres (2008), incide sobre a existência como tal: ela nega a humanidade plena dos colonizados, produzindo o que o autor denomina "o lado sombrio do ser colonial", a zona de não-ser na qual certos sujeitos são sistematicamente descartados, invisibilizados ou desumanizados. Na governamentalidade algorítmica, essa zona de não-ser é reproduzida em escala global: populações inteiras são invisíveis para os algoritmos por falta de dados, ou são visíveis apenas como alvos de vigilância e controle. A IA que não reconhece rostos negros, o sistema de crédito que discrimina por CEP, o algoritmo de contratação que reproduz preconceitos históricos: todas essas são expressões da colonialidade do ser no contexto digital.

A análise de Quijano sobre a colonialidade do poder é também uma análise sobre a produção do conhecimento. Para Quijano, a colonialidade não opera apenas pela dominação econômica e política, mas pela imposição de um modo específico de conhecer o mundo: o modo europeu, que se apresenta como universal e racional enquanto classifica todos os outros modos de conhecimento como locais, tradicionais, pré-científicos ou simplesmente como não-conhecimento. Essa operação epistemológica é, ao mesmo tempo, uma operação de poder: ao definir o que conta como conhecimento legítimo, ela define quem pode ser sujeito de conhecimento e quem está condenado a ser objeto de conhecimento dos outros.

A colonialidade do saber, analisada por Lander (2005), manifesta-se na era digital de maneira particularmente insidiosa. Os sistemas de inteligência artificial são treinados com dados que refletem a produção intelectual e cultural do Norte Global, produzida majoritariamente por sujeitos situados no interior da tradição epistemológica ocidental. Quando esses sistemas são utilizados globalmente para produzir recomendações, tomar decisões ou gerar conteúdo, eles impõem, silenciosamente, as hierarquias epistêmicas do colonialismo: o que é relevante, o que é verdadeiro, o que é belo, o que é normal. A aparente objetividade do algoritmo dissimula a subjetividade colonial que o constitui.

Importa sublinhar que a colonialidade algorítmica não se limita ao conteúdo dos dados: ela se manifesta também na estrutura dos sistemas. Os modelos de linguagem, por exemplo, são treinados predominantemente em línguas europeias e em textos produzidos por sujeitos pertencentes a determinadas classes sociais, gêneros e territórios. Essa estrutura produz sistemas que funcionam muito melhor para certos grupos populacionais do que para outros, reproduzindo e aprofundando desigualdades históricas. O sistema de reconhecimento facial que erra mais para rostos negros do que para rostos brancos não é um "erro técnico": é a materialização de uma hierarquia racial que percorre toda a história do colonialismo.

Essa perspectiva permite articular a crítica decolonial com a análise nietzschiana da genealogia dos valores de uma maneira produtiva. Nietzsche, na Genealogia da Moral, demonstra que os valores

"universais" são sempre valores de uma classe, de um grupo, de uma perspectiva específica que conseguiu impor sua interpretação como a interpretação legítima. A colonialidade algorítmica é, em certo sentido, a expressão contemporânea desse processo: os valores codificados nos algoritmos são os valores de um grupo específico — as corporações de tecnologia do Norte Global, com seus acionistas, seus engenheiros e suas lógicas de mercado — que conseguiram impor sua perspectiva como o horizonte algorítmico de toda a humanidade conectada.

É nesse contexto que a noção de animal digitalis adquire sua dimensão decolonial. Como já elaborado, a sociedade do cansaço, tal como analisada por Han (2015; 2017; 2018), converte a liberdade em obrigação de desempenho, produzindo uma subjetividade exausta, ansiosa e permanentemente comparável. Mas esse processo não é uniforme: ele incide de maneira diferenciada sobre corpos racializados, sobre populações do Sul Global, sobre comunidades que não se encaixam no padrão algorítmico dominante. O animal digitalis não é um sujeito abstrato e universal: ele é produzido de maneira diferenciada segundo as hierarquias da colonialidade, e sua "liberdade" é distribuída desigualmente segundo essas mesmas hierarquias.

A massificação do animal digitalis, portanto, não é apenas a produção de sujeitos governados por algoritmos: é a produção de sujeitos colonizados algorítmicamente, cuja capacidade de criar valores, de resistir à normalização e de afirmar modos de existência singulares é sistematicamente capturada e neutralizada por dispositivos que reproduzem, em chave digital, as estruturas históricas do colonialismo. A crítica nietzschiana ao "último homem" adquire, nesse contexto, uma dimensão decolonial que o próprio Nietzsche não poderia ter antecipado: o último homem da era digital é o sujeito colonizado algorítmicamente, que descobriu a felicidade do like e do engajamento e que já não pode sonhar com o além-de-si porque seus sonhos já foram antecipados e capturados pelo algoritmo.

Nesse sentido é que a colonialidade algorítmica não pode ser compreendida apenas como exploração de dados ou como reprodução de vieses: ela é uma forma de governo das almas, uma tecnologia de poder que incide sobre o mais íntimo da subjetividade, reescrevendo os sonhos, os desejos e as identidades dos sujeitos segundo uma gramática técnica que é, na sua estrutura profunda, uma gramática colonial. Compreender isso é o primeiro passo para resistir.

4 O GESTO HACKER-FANONIANO E A REEDUCAÇÃO NÃO-MAQUÍNICA: TRANSVALORAÇÃO COMO TAREFA EDUCATIVA

Diante do quadro analítico delineado nas seções anteriores, uma pergunta se impõe com urgência filosófica: como é possível resistir à colonialidade algorítmica sem reproduzir, em outro nível, a mesma lógica que se pretende combater? Essa pergunta é central não apenas por razões teóricas, mas práticas: qualquer proposta de resistência que se limite à recusa externa dos dispositivos digitais está condenada à

irrelevância, pois o capitalismo de vigilância opera de maneira difusa, penetrando todos os espaços da vida social. A resistência eficaz precisa ser imanente: ela precisa operar no interior do sistema, a partir das suas próprias condições de possibilidade.

É nesse ponto que emerge o gesto hacker-fanoniano, conforme reinterpretado por Faustino e Lipold (2023), como prática de desobediência criadora inscrita na própria linguagem do sistema. Trata-se de uma forma de resistência que não se limita à recusa ou à fuga, mas que busca reorientar as próprias condições de funcionamento dos dispositivos de poder. Em sintonia com a figura política do hacker que, ao longo das últimas décadas, passou de mero "técnico" a agente de desobediência civil, denúncia e ação direta, preservando bolsões de autonomia mesmo em contextos fortemente controlados (Coleman, 2017), o gesto hacker-fanoniano propõe uma resistência produtiva, que não visa apenas obstruir, mascarar ou fugir da vigilância, mas aproveitar as "afordâncias algorítmicas" para produzir novos elementos no ambiente digital, instaurando outras verdades, narrativas e formas de estar em rede (Ettlinger, 2018).

O gesto hacker-fanoniano encontra ressonância em diversas práticas contemporâneas de resistência digital que, sem necessariamente nomearem-se como tais, operam segundo sua lógica. As comunidades de software livre e código aberto, que desenvolvem alternativas às plataformas proprietárias controladas por Big Tech; os coletivos de dados que trabalham para produzir conjuntos de dados mais diversos e menos colonialmente hierarquizados; os projetos de inteligência artificial comunitária que desenvolvem modelos treinados em línguas e culturas do Sul Global; os ativistas digitais que utilizam as próprias ferramentas da vigilância algorítmica para expô-la e subvertê-la: todos esses são exemplos concretos do gesto hacker-fanoniano em ação.

A dimensão educativa do gesto hacker-fanoniano é fundamental. Ele não pode ser praticado por sujeitos que ignoram a linguagem do sistema que pretendem subverter: ele exige uma formação técnica e crítica que capacite os sujeitos a compreender como os algoritmos funcionam, quais valores codificam, quais hierarquias reproduzem e quais possibilidades de subversão contêm. Nesse sentido, o gesto hacker-fanoniano é inseparável da reeducação não-maquínica: a resistência à colonialidade algorítmica precisa ser aprendida, cultivada e transmitida, e esse processo de aprendizagem é, em si mesmo, uma prática de transvaloração.

É importante distinguir, aqui, entre dois tipos de "letramento digital" que circulam nos debates contemporâneos sobre educação e tecnologia. O primeiro tipo, dominante nas políticas educacionais orientadas pela lógica neoliberal, visa formar sujeitos adaptados às exigências do mercado digital: trabalhadores qualificados para operar as tecnologias do capitalismo de vigilância, consumidores conscientes de dados, empreendedores digitais. Esse tipo de letramento reproduz a colonialidade algorítmica ao formar sujeitos funcionais ao sistema sem questionar suas estruturas de poder. O segundo tipo, que aqui propomos como dimensão da reeducação não-maquínica, visa formar sujeitos críticos e

criativos: sujeitos que compreendem a dimensão política dos sistemas digitais, que identificam seus vieses coloniais, que são capazes de imaginar e construir alternativas.

A distinção entre esses dois tipos de letramento digital é, em última instância, a distinção entre a educação que produz o animal digitalis e a educação que cultiva a potência criadora. O primeiro forma para a adaptação; o segundo forma para a transvaloração. O primeiro instrui sobre o como; o segundo questiona o por quê. O primeiro produz o último homem da era digital; o segundo cultiva as condições de possibilidade do além-do-homem algorítmico: o sujeito capaz de criar valores que excedam os parâmetros definidos pelo sistema.

A articulação com Fanon é decisiva. Se o inconsciente colonizado, em Fanon (2005), é o resultado de uma violência que destrói a identidade do colonizado e implanta no seu lugar uma imagem de si mesmo definida pelo colonizador, então a resistência decolonial não pode ser apenas política ou econômica: ela precisa ser ontológica, afetando as camadas mais profundas da subjetividade. O gesto hacker-fanoniano, ao combinar a desobediência técnica do hacker com a reinvenção identitária proposta por Fanon, aponta para uma forma de resistência que opera simultaneamente nos níveis do código e da subjetividade, da infraestrutura técnica e do inconsciente colonizado.

Esse gesto não se orienta contra os dispositivos técnicos como tais, mas para além deles, ao reivindicar a reapropriação criativa das tecnologias para fins que escapam à racionalidade colonial dominante. Como observa Ettliger (2018), os algoritmos possuem "afordâncias" que permitem usos não previstos por seus criadores; explorar essas brechas é uma forma de resistência que opera no interior do sistema sem simplesmente reproduzi-lo. Da mesma forma que Fanon propunha que o colonizado precisava aprender a língua do colonizador não para se assimilar, mas para reinventá-la e volta-la contra a colonização, o gesto hacker-fanoniano propõe que os sujeitos colonizados algorítmicamente aprendam a linguagem do código não para se conformar a seus imperativos, mas para subvertê-los, hackeá-los, reinventá-los.

Hester (2023) examina esse gesto na sua dimensão de "gender hacking" e de intervenções micropolíticas que exploram brechas em regimes biotécnicos para remodelar hegemonias de gênero e corpo, sem simplesmente reproduzir o imaginário de engenharia total do social. O exemplo é iluminador: as tecnologias de modificação corporal e os espaços digitais de construção identitária têm sido apropriados por comunidades dissidentes para criar formas de existência que escapam às categorias binárias impostas pela racionalidade colonial. Esse tipo de resistência não é externo ao sistema: ele opera no seu interior, aproveitando suas possibilidades para produzir efeitos que o sistema não previa e não controla inteiramente.

O gesto hacker-fanoniano pode ser entendido, assim, como tentativa de reprogramação simbólica da maquinaria tecnopolítica, na qual os sujeitos intervêm nas assemblagens maquinicas que articulam humanos, dados e infraestruturas, tensionando o eixo entre constrangimento e criatividade e abrindo espaço

para fluxos moleculares de inovação subjetiva e coletiva (Altug, 2025; Barros, 2016). Ao afirmar a pluralidade, a diferença e a criação para além da racionalidade colonial e performativa, esse gesto produz fissuras no sistema que podem ser ampliadas e aprofundadas por práticas coletivas de resistência.

Mas o gesto hacker-fanoniano, por si só, não é suficiente. Ele precisa ser sustentado por uma transformação mais profunda das formas de subjetivação, e é aqui que a educação entra em cena. A reeducação não-maquínica, como proposta filosófica e pedagógica, não significa a recusa das tecnologias digitais na educação, nem o retorno a formas pré-digitais de ensino. Significa, antes, uma reorientação dos fins e dos valores que orientam os processos educativos, de modo a recuperar a capacidade humana de criar, avaliar e transvalorar que a governamentalidade algorítmica tende a capturar e neutralizar.

Nietzsche já havia indicado, em *Para além de bem e mal* e em outros escritos, que a transvaloração dos valores é uma tarefa eminentemente educativa: ela não pode ocorrer sem a formação de um novo tipo humano, capaz de suportar a destruição dos valores herdados e a criação de novos. Como afirma Azeredo (2022, p. 81), Nietzsche não define previamente um ideal normativo de educação, mas recupera o sentido de avaliação como dimensão constitutiva que deve atravessar todo o processo formativo. "Isso faz com que a discussão em torno do tema da cultura e da educação a partir do pensamento de Nietzsche seja importante para esse resgate, sob pena de nossos estabelecimentos de ensino produzirem o homem domesticado."

Justamente porque em face da governamentalidade algorítmica que captura a vontade de potência sob a alcunha de uma performance que sitia nossos corpos e nos torna dados, a partir de uma racionalidade colonial, o que temos é o super-homem ansioso fadado à debilidade. A domesticação é a rota única quando a educação não reconhece essa captura e não propõe resistência a ela. A reeducação não-maquínica é, nesse sentido, a condição de possibilidade da transvaloração: sem uma transformação profunda dos processos formativos, a potência criadora continuará sendo capturada e redirecionada para fins que não são os seus.

Em perspectiva decolonial, a reeducação não-maquínica precisa ser pensada a partir das margens, a partir das experiências e saberes que a racionalidade colonial marginalizou ou suprimiu. As pedagogias decoloniais, como analisadas por Mendonça (2025), propõem uma reorientação da educação a partir da perspectiva das populações historicamente colonizadas, reconhecendo a pluralidade de epistemes, a diversidade de formas de conhecimento e a riqueza de modos de vida que a colonialidade invisibilizou. Articular essa perspectiva com a crítica nietzschiana da moral e a análise foucaultiana das técnicas de poder produz uma proposta pedagógica que é, ao mesmo tempo, filosófica e política.

A reeducação não-maquínica, nesse horizonte, não é uma proposta técnica sobre o uso de tecnologias na educação. É uma proposta filosófica sobre os fins da educação: não a produção de trabalhadores adaptados às exigências da governamentalidade algorítmica, mas o cultivo de sujeitos capazes de criar valores, de resistir à normalização e de afirmar modos de existência singulares que não se

encaixam nas métricas. É uma proposta que toma a sério a advertência nietzschiana de que a educação que produz o "homem domesticado" é uma educação que traiu sua vocação mais fundamental.

5 PEDAGOGIA DA POTÊNCIA COMO HORIZONTE ÉTICO-POLÍTICO: TRANSVALORAÇÃO DECOLONIAL

A pedagogia da potência, aqui proposta como síntese das perspectivas desenvolvidas ao longo deste trabalho, não é um programa curricular nem um conjunto de técnicas pedagógicas. É, antes, uma orientação filosófica que define os fins da educação a partir de uma crítica radical da racionalidade que governa as máquinas e, por meio delas, governa os humanos. Trata-se de uma educação que se orienta não pelo desempenho, não pela eficiência, não pela adaptabilidade — os valores centrais da governamentalidade algorítmica —, mas pela potência criadora, pela capacidade de avaliar e transvalorar, pela afirmação de modos de existência singulares que resistem à normalização.

Essa orientação articula, de maneira produtiva, a crítica nietzschiana da moral e as perspectivas decoloniais. A crítica nietzschiana revela que a domesticação do humano opera pela internalização de valores que se apresentam como universais e naturais, mas que são, na verdade, expressões de relações de força historicamente situadas. As perspectivas decoloniais revelam que essas relações de força têm uma dimensão colonial específica, que persiste nas formas contemporâneas de governo da vida. Articular essas duas perspectivas é fundamental para uma pedagogia da potência que seja ao mesmo tempo crítica e construtiva: crítica dos mecanismos de domesticação, construtiva na proposição de alternativas.

A transvaloração decolonial, como tarefa pedagógica, implica pelo menos quatro dimensões interligadas. A primeira é a dimensão epistêmica: recolocar no centro dos processos educativos a pluralidade de formas de conhecimento que a racionalidade colonial marginalizou, reconhecendo a riqueza de saberes produzidos em contextos não-ocidentais e a legitimidade de epistemes que não se enquadram no modelo científico-tecnológico dominante. Essa dimensão não implica relativismo epistêmico: implica, ao contrário, um enriquecimento da própria racionalidade crítica pela confrontação com perspectivas que ela havia excluído.

A segunda dimensão é a dimensão identitária e afetiva: criar espaços educativos nos quais os sujeitos possam experimentar modos de existência que não se encaixam nas métricas algorítmicas, afirmar identidades que resistem à colonialidade, cultivar afetos que não são funcionais ao capitalismo de vigilância. A educação, aqui, não é apenas transmissão de conhecimento: é formação de sensibilidades, de disposições, de formas de habitar o mundo que se distinguem das formas produzidas pela governamentalidade algorítmica. Essa dimensão implica recolocar o corpo no centro do processo educativo, como adverte Guimarães (2008) a partir de Nietzsche: uma educação que nega o corpo é uma educação que nega a vida.

A terceira dimensão é a dimensão técnica e crítica: desenvolver a capacidade de compreender criticamente os sistemas algorítmicos, de identificar seus vieses e suas implicações políticas, de utilizar as tecnologias digitais de maneira consciente e reflexiva. Essa dimensão não implica rejeição da técnica, mas apropriação crítica: aprender a linguagem do código não para se submeter a seus imperativos, mas para interrogá-los, subvertê-los, hackea-los. É a dimensão do gesto hacker-fanoniano aplicada à educação: formar sujeitos capazes de operar no interior dos sistemas digitais sem serem inteiramente capturados por eles.

A quarta dimensão é a dimensão política e coletiva: reconhecer que a transvaloração de valores não é apenas uma tarefa individual, mas um processo coletivo de reinvenção das formas de vida social. A pedagogia da potência não forma sujeitos isolados, mas comunidades de criação: coletivos capazes de inventar formas de associação, de produção e de distribuição que não se submetam inteiramente à racionalidade do mercado e da governamentalidade algorítmica. Essa dimensão articula a crítica nietzschiana à dimensão política das lutas decoloniais: a transvaloração como prática coletiva de reinvenção do possível.

É precisamente em razão dessas implicações interpretativas e práticas que a crítica nietzschiana à moralidade estabelecida adquire centralidade na pedagogia da potência. Como observa Azeredo (2022), quando Nietzsche pergunta pelo valor dos valores morais, ele indaga sobre o conjunto de valores que norteia a educação, e que subjaz ao currículo, à disciplina, à relação professor/aluno, à organização dos espaços na escola e às instituições de formação. A proposta de transvaloração, nesse contexto, não se apresenta como uma simples substituição de conteúdos normativos, mas como um deslocamento mais profundo das formas de valoração que sustentam as práticas e os modos de vida, abrindo espaço para outras possibilidades de criação e afirmação da existência.

A educação, aqui, não forma para a obediência, mas para a criação; não produz trabalhadores do pensamento, mas avaliadores capazes de transformar o conhecer em criar e o criar em legislação. Nessa perspectiva, a vontade de verdade se revela como vontade de potência, e toda afirmação como gesto avaliativo. É precisamente nesse ponto que o gesto hacker-fanoniano se ancora em Nietzsche: não como recusa reativa da técnica ou das máquinas, mas como prática de transvaloração que intervém nos regimes de sentido, nos códigos e nas formas de governo da vida. Tal gesto não se orienta contra os dispositivos técnicos, mas para além deles, ao reivindicar uma educação voltada à descolonização da avaliação, à reapropriação criativa da potência e à ruptura com toda forma de domesticação moral, epistêmica ou algorítmica.

Assim, a urgência da transvaloração impõe-se, em última instância, como uma tarefa de reeducação. A vontade de potência sitiada não pode ser liberada por meio de ajustes técnicos, otimizações pedagógicas ou adaptações curriculares às exigências do presente, pois é precisamente essa lógica adaptativa que

sustenta a colonialidade algorítmica e a massificação do animal digitalis. Reeducar, aqui, não significa instruir para o uso eficiente das máquinas, mas desativar os regimes de avaliação que reduzem a vida à previsibilidade, à performance e à governabilidade estatística. Trata-se de reinscrever a educação no horizonte da transvaloração dos valores, recuperando sua função formativa como cultivo da capacidade de avaliar, criar e afirmar modos de existência singulares.

A pedagogia da potência é, assim, uma proposta que toma a sério a complexidade do presente: ela não nega a realidade da governamentalidade algorítmica, não ignora a extensão da colonialidade digital, não subestima a eficácia dos mecanismos de captura da subjetividade. Mas tampouco aceita que esses mecanismos sejam inevitáveis ou incontornáveis. Ao contrário, ao identificar as condições históricas de sua emergência e os dispositivos de seu funcionamento, abre espaço para pensar sua transformação. Não existe sistema de poder tão total que não contenha brechas, contradições e possibilidades de subversão: a tarefa filosófica e pedagógica é identificar essas brechas e amplificá-las.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, argumentou-se que a governamentalidade algorítmica constitui não apenas um fenômeno técnico ou econômico, mas a atualização contemporânea de uma racionalidade colonial que percorre, sob diferentes formas e por diferentes dispositivos, a modernidade ocidental. A colonialidade algorítmica, como aqui a denominamos, opera pela reprodução e ampliação das hierarquias históricas do colonialismo em chave digital: ela hierarquiza epistemes, suprime subjetividades dissidentes e coloniza o possível, definindo de antemão o que pode ser desejado, reconhecido e valorado.

A articulação entre a análise foucaultiana da biopolítica, o conceito de capitalismo de vigilância de Zuboff, as teorias decoloniais de Quijano, Maldonado-Torres e Lander, e a leitura fanoniana do inconsciente colonizado permitiu revelar as múltiplas dimensões desse processo: econômica, epistêmica, ontológica e subjetiva. A produção do animal digitalis, como sujeito massificado e colonizado algorítmicamente, é o efeito mais visível desse processo: uma subjetividade que se percebe livre, informada e conectada, mas que é, na prática, progressivamente incapaz de criar valores que excedam os parâmetros definidos pelo sistema.

A filosofia nietzschiana da transvaloração de valores revelou-se, nesse contexto, um recurso teórico de extraordinária fecundidade. A crítica nietzschiana à moral ascética e ao mecanicismo, ao denunciar os mecanismos pelos quais a domesticação do humano opera, antecipa, em chave filosófica, os dispositivos que a colonialidade algorítmica emprega hoje em escala global. A figura do animal digitalis é, em certo sentido, o último homem da era digital: aquele que já não pode transvalorar porque sua potência criadora foi antecipada, capturada e redirecionada para fins que não são os seus.

Contra essa forma de domesticação, o trabalho propôs o gesto hacker-fanoniano como prática de resistência imanente: uma desobediência criadora que opera no interior dos sistemas digitais, aproveitando

suas possibilidades para produzir efeitos que escapam à racionalidade colonial dominante. Esse gesto não é apenas uma metáfora ou uma proposição teórica: ele se concretiza nas práticas cotidianas de sujeitos que utilizam as tecnologias digitais de maneira crítica e reflexiva, que produzem saberes e identidades que resistem à normalização algorítmica, que criam formas de associação e de vida coletiva que não se submetem inteiramente ao capitalismo de vigilância.

A reeducação não-maquínica emerge, nesse horizonte, como a proposta filosófica mais consistente para responder à colonialidade algorítmica. Ela não implica a recusa da técnica, mas a superação da racionalidade colonial que a governa: uma reorientação dos fins da educação, de modo a recuperar a capacidade humana de criar valores, de resistir à normalização e de afirmar modos de existência singulares. Essa proposta articula, de maneira produtiva, a crítica nietzschiana da moral, as perspectivas decoloniais e a análise da governamentalidade algorítmica, produzindo uma pedagogia da potência que é, ao mesmo tempo, filosófica, política e concretamente orientada para as condições do presente.

A pedagogia da potência, como horizonte ético e político, reconhece que a transvaloração de valores é uma tarefa coletiva e histórica, não individual e instantânea. Ela se realiza nos interstícios do presente, nas práticas cotidianas de resistência, nas formas de vida que resistem à normalização algorítmica, nas comunidades que cultivam saberes e identidades que a colonialidade tende a invisibilizar. Pensar a educação a partir de Nietzsche, em diálogo com a crítica da governamentalidade algorítmica e da colonialidade, implica afirmar uma pedagogia da potência, orientada não contra as máquinas, mas para além da racionalidade que as governa: uma educação capaz de interromper a produção do humano massificado e reabrir o futuro como criação.

Há uma dimensão utópica nessa proposta, no sentido que Ernst Bloch dava ao utopismo: não como fuga da realidade, mas como antecipação do possível que a realidade já contém em germe, mas que as estruturas de poder tendem a sufocar. A reeducação não-maquínica não é um sonho irrealizável: ela se realiza já, parcialmente, em toda prática educativa que recusa a lógica do desempenho mensurável, que cultiva a diferença, que abre espaço para o improvável, que forma sujeitos capazes de perguntar pelo valor dos valores. A tarefa filosófica é tornar essas práticas mais conscientes de si mesmas, mais articuladas, mais capazes de nomear o que fazem e por que importa.

A pedagogia da potência, nesse horizonte, não pode ser pensada apenas como um conjunto de práticas escolares ou universitárias. Ela precisa ser compreendida como uma orientação filosófica que permeia todas as dimensões da formação humana: formal e informal, escolar e extraescolar, individual e coletiva. Em uma era em que os algoritmos governam não apenas as plataformas digitais, mas os meios de comunicação, os sistemas de saúde, os processos eleitorais e as relações interpessoais, a educação não pode se limitar ao espaço da sala de aula. A reeducação não-maquínica é uma tarefa cultural que precisa ser empreendida em todos os espaços em que a vida se forma e se transforma.

A dimensão decolonial da pedagogia da potência implica, em particular, o reconhecimento e a valorização dos saberes e das práticas educativas que as comunidades do Sul Global desenvolveram historicamente em condições de opressão e resistência. As pedagogias indígenas, as práticas educativas dos movimentos sociais, as formas de transmissão de conhecimento das comunidades quilombolas e periféricas: todos esses são recursos filosóficos e pedagógicos de enorme riqueza, que a colonialidade epistemológica tendeu a invisibilizar ou a classificar como "não-educação". Reintegrá-los ao debate filosófico sobre a educação é uma condição da reeducação não-maquínica.

Há, evidentemente, uma tensão interna à proposta da pedagogia da potência que não pode ser ignorada. Nietzsche, em sua crítica à moral, não propunha uma pedagogia democrática ou igualitária: ele concebia a transvaloração como tarefa de poucos, dos "filósofos do futuro", dos "espíritos livres", daqueles que tinham força suficiente para suportar a destruição dos valores herdados. As perspectivas decoloniais, ao contrário, partem da experiência das populações historicamente marginalizadas e propõem uma educação que é, desde o início, coletiva e política. Como articular essas duas perspectivas sem trair nenhuma delas?

A resposta que propomos é que a tensão entre Nietzsche e as perspectivas decoloniais é produtiva, não excludente. Nietzsche fornece a crítica radical dos mecanismos de domesticação e a ideia de transvaloração como criação de novos valores; as perspectivas decoloniais fornecem a localização histórica e política dessa criação, apontando para quem são os sujeitos mais urgentemente necessitados de transvaloração e quais são os mecanismos específicos de domesticação que precisam ser desativados. A pedagogia da potência, nesse sentido, não é a educação dos "eleitos" que Nietzsche talvez tivesse imaginado, mas uma educação que cultiva, em todos os sujeitos, a capacidade de criar valores que Nietzsche reconhecia apenas nos mais fortes. A tarefa decolonial amplia o projeto nietzschiano ao universalizar sua exigência mais fundamental: a recusa da domesticação.

Pensar a educação a partir de Nietzsche, em diálogo com a crítica da governamentalidade algorítmica e da colonialidade, implica afirmar que a escola — em seu sentido mais amplo, como espaço de formação da subjetividade — não pode ser neutra diante das formas de poder que atravessam o presente. Ela precisa escolher: ou reproduz a lógica da domesticação algorítmica, ou cria condições para a transvaloração. Essa escolha é, em última instância, uma escolha filosófica e política, e é exatamente por isso que a filosofia não pode abdicar de seu papel nesse debate.

Além disso, a pedagogia da potência precisa ser pensada em relação com as transformações em curso nas tecnologias de ensino. A crescente digitalização da educação, com a proliferação de plataformas de ensino a distância, sistemas de avaliação automatizados e currículos mediados por algoritmos, representa tanto um risco quanto uma oportunidade. O risco é a captura da educação pela governamentalidade algorítmica: uma educação que reproduz a lógica do desempenho mensurável, da personalização

algorítmica e da produção de trabalhadores adaptados. A oportunidade é a utilização das tecnologias digitais para criar espaços de aprendizagem mais democráticos, mais plurais e mais críticos, que ampliem o acesso ao conhecimento e criem condições para a transvaloração. A pedagogia da potência não recusa as tecnologias digitais na educação: ela exige que sejam governadas por fins que excedam a lógica do mercado e da colonialidade.

Há um paradoxo que precisa ser reconhecido: a reeducação não-maquínica é, em parte, uma educação que precisa ocorrer por meio das próprias tecnologias digitais. Não é possível formar sujeitos capazes de resistir à colonialidade algorítmica sem que esses sujeitos compreendam como os algoritmos funcionam, e essa compreensão requer, em certa medida, o uso das próprias tecnologias. O paradoxo, contudo, é produtivo: ele aponta para a necessidade de uma relação crítica e reflexiva com as tecnologias digitais, e não para sua recusa ou para sua aceitação acrítica. A pedagogia da potência não é luddista nem tecno-otimista: ela é dialética, no sentido de que reconhece tanto as possibilidades quanto os riscos das tecnologias digitais, e propõe uma educação que capacite os sujeitos a navegar essa tensão de maneira criativa e politicamente consciente.

Em última análise, a pedagogia da potência é uma aposta filosófica sobre a capacidade humana de exceder os sistemas que a capturam. É a afirmação de que, mesmo no interior das arquiteturas mais sofisticadas de controle e normalização, persiste uma potência criadora que insiste em inventar novas formas de existência. Essa afirmação não é ingênua: ela reconhece que a captura é real e que a resistência é difícil. Mas recusa o fatalismo que vê na governamentalidade algorítmica um destino inexorável. O humano é mais do que seus dados, mais do que seu perfil algorítmico, mais do que o animal digitalis que o sistema tende a produzir. E essa sobra, esse excesso irreduzível, é o que torna possível a transvaloração. É isso que a filosofia, em seu melhor, sempre soube: que o pensamento excede seus condicionamentos, e que essa capacidade de exceder é a raiz de toda criação.

O presente trabalho buscou contribuir para essa tarefa, articulando Nietzsche, Foucault, as teorias decoloniais e a análise do capitalismo de vigilância em uma genealogia crítica da colonialidade algorítmica. A conclusão é tanto diagnóstica quanto propositiva: o cerco da vontade de potência pelo digital é real e profundo, mas não é total. As fissuras existem, e é por elas que a potência criadora pode escapar, reinventar-se e retornar, não como animal digitalis, mas como sujeito capaz de transvalorar. Essa é a tarefa filosófica do presente, e ela começa na educação.

A reeducação não-maquínica, ao articular crítica nietzschiana e perspectiva decolonial, propõe uma filosofia da educação que é radicalmente anti-adaptacionista: ela não forma para o mercado, não forma para o desempenho, não forma para a compatibilidade com os sistemas existentes. Forma para a criação, para a resistência, para a invenção de possibilidades que o sistema declarou impossíveis. Nesse sentido, ela é uma filosofia do improvável: ela aposta que o humano é mais do que o animal digitalis que a governamentalidade

algorítmica tende a produzir, e que essa sobra, esse excesso, essa diferença irreduzível é o que torna possível a transvaloração.

NOTA ÉTICA DO USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O presente trabalho utilizou, de forma pontual e instrumental, ferramentas digitais baseadas em Inteligência Artificial, especificamente Perplexity e Consensus, como apoio à localização, organização e verificação preliminar de literatura acadêmica, bem como Grammarly para revisão linguística e aprimoramento estilístico do texto. Ressalta-se que tais ferramentas não foram empregadas como fontes de conteúdo teórico, analítico ou interpretativo, nem como substitutas da atividade intelectual da autora. A formulação dos argumentos, a interpretação crítica das obras, a articulação conceitual e a responsabilidade autoral pelo texto permanecem integralmente humanas. O uso dessas tecnologias observou princípios de transparência, integridade acadêmica e autoria responsável, restringindo-se a funções auxiliares no processo de pesquisa e escrita.

REFERÊNCIAS

- ALTUĞ, Fatih. Machinic Assemblages In Tanpinar's Poetics And Narratives: Between Constraint And Creativity. *Türkbilig*, v. 2025, n. 49, p. 399-427, 2025.
- AZEREDO, Vânia Dutra de. Educação e valores. *Cadernos Nietzsche*, Guarulhos/Porto Seguro, v. 43, n. 3, p. 73–90, set./dez. 2022.
- BALLESTEROS, Alfonso. Digitocracy: Ruling and being ruled. *Philosophies*, v. 5, n. 2, p. 9, 2020.
- BARROS, Bruno Mazolini de; MINUZZI, Luara Pinto. Vontade de ser máquina: imaginação material em o apocalipse dos trabalhadores. *Letras de Hoje*, v. 51, n. 4, p. 526-533, 2016.
- BYUNG-CHUL, Han. *A sociedade do cansaço*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CAMBRAIA, Leonardo; PYRRHO, Monique. Generative artificial intelligence and the risk of technodigital colonialism. *Frontiers in Political Science*, v. 7, p. 1628139, 2025.
- COLEMAN, Gabriella. From Internet farming to weapons of the geek. *Current Anthropology*, v. 58, n. S15, p. S91-S102, 2017.
- DA SILVEIRA, Marcelo Teixeira et al. O Impacto Da Inteligência Artificial Na Administração 4.0: Eficiência E Inovação. *Revista GeTeC*, v. 23, 2025.
- ETTLINGER, Nancy. Algorithmic affordances for productive resistance. *Big Data & Society*, v. 5, n. 1, p. 2053951718771399, 2018.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. Boitempo Editorial, 2023.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975–1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978–1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUIMARÃES, Áurea Maria. Transvaloração do corpo: notas para uma educação ético-estética. 2008. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

HAN, Byung-Chul. In the swarm: Digital prospects. MIT press, 2017.

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HESTER, Helen. The art of the exploit: Gender hacking and political agency. Paragraph, v. 46, n. 1, p. 10-29, 2023.

ISAEV, Igor; ZENIN, Sergey; RUMYANTSEVA, Valentina. 'Power' and Technological Machines: Dreams Are Replaced by Goal-Setting. BRICS Law Journal, v. 10, n. 1, p. 171-185, 2023.

KOUROS, Theodoros; PAPA, Venetia. Digital mirrors: AI companions and the self. Societies, v. 14, n. 10, p. 200, 2024.

LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, p. 71-114, 1 mar. 2008.

MENDONÇA, Helena Andrade. Sobre o colonialismo digital e as pedagogias decoloniais. Understanding Artificial Intelligence (IEA-USP). Disponível em: <https://understandingai.iea.usp.br>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MIGNOLO, Walter D. The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options. Durham: Duke University Press, 2011.

MÜHLHOFF, Rainer. Human-aided artificial intelligence: Or, how to run large computations in human brains? new media & society, v. 22, n. 10, p. 1868-1884, 2020.

MULDOON, James; WU, Boxi A. Artificial intelligence in the colonial matrix of power. *Philosophy & Technology*, v. 36, n. 4, p. 80, 2023.

NIETZSCHE, Friedrich. Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da moral: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. A gaia ciência. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zarathustra: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da moral: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zarathustra: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

PENTINA, Iryna; HANCOCK, Tyler; XIE, Tianling. Exploring relationship development with social chatbots: A mixed-method study of replika. *Computers in Human Behavior*, v. 140, p. 107600, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 72-117.

RICAURTE, Paola. Ethics for the majority world: AI and the question of violence at scale. *Media, Culture & Society*, v. 44, n. 4, p. 726-745, 2022.

ROUVROY, Antoinette. Human genes and neoliberal governance: a Foucauldian critique. *Routledge Handbook of Biopolitics*. Londres: Routledge, 2013.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d'émancipation. *Réseaux*, Paris, n. 177, p. 163-196, 2010.

SCHWAB, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

TACHEVA, Jasmina; RAMASUBRAMANIAN, Srividya. AI Empire: Unraveling the interlocking systems of oppression in generative AI's global order. *Big Data & Society*, v. 10, n. 2, p. 20539517231219241, 2023.

TAO, Hernando Barrios. Configuración de subjetividades mediante sistemas de inteligencia artificial. *Sophia*, n. 39, p. 83-114, 2025.

VANÇAN, Alianna Caroline Sousa Cardoso. O livre-arbítrio no direito penal: investigações sobre a culpabilidade e responsabilização na filosofia de Nietzsche nas neurociências. Pelotas, 2022a.

VANÇAN, Alianna Cardoso. Uma filosofia para a criminologia em Nietzsche: do niilismo à transvaloração de valores penais para uma democracia perspectivista num mundo jurídico pós-pandemia. 1. ed. Cachoeirinha: Editora Fi, 2022b.

VANÇAN, Alianna Caroline Sousa Cardoso. Governamentalidade algorítmica e resistência pluriversal: tensões entre saberes digitocráticos e ancestrais no Sul Global. In: Seminário de Educação (SEMIEDU), 2025. Anais. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2025.

WINNER, Langdon. Do artifacts have politics? *Daedalus*, Cambridge: The MIT Press, v. 109, n. 1, p. 121-136, Winter 1980.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. Nova York: Public Affairs, 2019.